

Política

CRISE

TRÊGUA ENTRE O PLANALTO E O CONGRESSO.

Aureliano acha que não é hora de confrontos

O ministro Aureliano Chaves, 24 horas depois de conversar com o presidente Sarney, disse ao presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, que o momento não é de alimentar confrontos e hostilidades, muito menos de lançamentos prematuros de candidatos a presidente. E o candidato natural do PMDB concordou.

Os dois líderes políticos manifestaram o mesmo ponto de vista: o importante é concluir logo os trabalhos da Constituinte e definir as regras do jogo antes de quaisquer movimentações de eventuais candidaturas.

O presidente do PMDB e o presidente de honra do PFL estão juntos na tarefa de evitar confrontos entre o governo Sarney e a Constituinte. Para o ministro Aureliano Chaves, alimentar conflitos entre o Executivo e o Legislativo é colaborar, de forma imprudente, para atropelar a transição democrática.

Com a concordância de Ulysses Guimarães, o ministro das Minas e Energia reafirmou que, para o PFL, o prioritário é a transição que se traduz na promulgação da nova Constituição. Esta é, também, a preocupação de Ulysses Guimarães.

Aureliano Chaves, na sua conversa com o presidente do PMDB e da Constituinte, antecedeu, voltou a dizer que os partidos só deveriam examinar eventuais candidaturas depois de definidas as normas constitucionais a respeito do tempo de mandato e sistema de governo.

Aureliano Chaves disse também a Ulysses Guimarães que não está alimentando sua provável candidatura a presidente da República.

Desautorizou quaisquer entendimentos com o objetivo de sondar Antônio Ermírio de Moraes e Afif Domingos para eventual companheiro de chapa, como candidato a vice-presidente. "Se estão pensando nisso é à minha revelia. Não autorizei ninguém a conversar com qualquer pessoa sobre sucessão presidencial" — acentuou.

Na sexta-feira, Aureliano Chaves tomou o café da manhã com o presidente Sarney, no Palácio da Alvorada. Falaram de problemas administrativos ligados à Pasta das Minas e Energia e, também, do quadro político-institucional, principalmente do relacionamento do governo com a Constituinte.

Certamente, como consequência de seu encontro com Sarney, o ministro manifestou a Ulysses Guimarães sua preocupação com iniciativas parlamentares "sem base em fatos concretos", que poderão, na sua avaliação, provocar retaliações de parte do governo. Ele citou como exemplo a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada no Senado para investigar "genericamente" casos de corrupção. Para Aureliano Chaves, a CPI não pode e nem deve agir com o propósito de acuar o Executivo, alimentando denúncias sem base em fatos ou provas.



O presidente está só

Ele clama por apoio e nem seus ministros atendem. Até quem defendia os cinco anos está mudando de lado. Afinal, quem apóia um governo que está no fim?

O País está na oposição. A frase não foi feita por ninguém — nem precisaria. A constatação desse fato está embutida nas pesquisas de opinião pública, nas declarações de líderes políticos nesta última semana, nos principais discursos deste ano — como o do senador Fernando Henrique na Constituinte —, na movimentação dos candidatos a candidato à sucessão de Sarney, desde antes do carnaval, nas queixas do próprio chefe do Planalto desde o fim do Plano Cruzado I. Na situação, junto com o presidente Sarney poucos querem — ou conseguem — ficar.

E o empurrão para a oposição vem — também segundo pesquisas, políticos e ministros — da atuação do governo, do próprio Planalto. "Sarney é a crise", disse há algum tempo o senador Fernando Henrique que, neste final de semana, repetiu a idéia referindo-se ao "Conversa ao Pé do Rádio": "Sexta-feira é dia de crises".

Empurrados recentemente pela atuação ou omissão do Planalto estão fiéis como o senador Cid Carvalho, amigo de Sarney, que chegou a admitir no início da semana que "cresce a tese dos quatro anos" de mandato para Sarney. Até Mathews Jensen, que posou orgulhoso para fotografos exibindo a sua lista de aliados de um mandato de cinco anos para o atual presidente, está em ritmo de campanha eleitoral: o deputado já anunciou seu apoio a Ulysses Guimarães. Expedito Machado, ex-Centrão e Centro Democrático, que assinou a mesma lista, reclamou: "Nem dentro de um regime presidencialista" o governo está sabendo "assumir" o controle político da situação. E vários parlamentares cincoanistas vinculam a vitória desta duração de mandato, exigida por Sarney, a uma nova postura do Planalto: "Só um fato novo pode assegurar isso".

Ainda dentro do Congresso, o líder do governo na Câmara vem reclamando que não é ouvido na Constituinte. Carlos Sant'Anna só conseguiu que o presidente repetisse para outros a mesma queixa, na última quarta-feira. Foi quase admitir que, com ou sem microfone, o governo não vai ser ouvido. Já o líder do governo

no Senado, Saldanha Derzi, encostou-se na resignação: "Difícil defender o governo se este não apresenta planos", disse na quinta-feira.

Mas Sarney vinha insistindo. "Temos de organizar um grupo político compacto dentro da Constituinte para confrontar Ulysses e os que o seguem", disse ele a um grupo de senadores do PFL — Jorge Bornhausen, Marco Maciel, Guilherme Palmeira — na última segunda-feira. "Vamos formar um novo partido político. Eu preciso de respaldo para governar e quero governar com os amigos", propôs. Um pefelista comentou: "Sarney continua sem projeto, sem proposta, fora da realidade... A essa altura, qual o maluco que sairia para formar um partido de apoio a um governo que está no fim?"

Governo não apóia governo

No governo, a situação não é muito diferente. Foi preciso endurecer o convite, na noite de quarta-feira, para que os ministros comparecessem à reunião convocada por Paulo Brossard, da Justiça. Sete tinham confirmado, acabaram aparecendo quinze para reunião que não tinha outro objetivo a não ser pedir apoio para o governo. Pelo menos do próprio. Os faltosos não correram para assinar o documento do encontro. Entre eles, Aureliano Chaves, que, na última terça, avançou com as críticas que tinha prometido divulgar só depois do primeiro turno da Constituinte (quando teria de sair do ministério para disputar a sucessão de Sarney, no caso de eleições em 1988). "Não adianta estar no governo, é preciso exercer esse governo." O ministro das Minas e Energia já vem ouvindo há algum tempo de conselheiros como Armando Falcão, ex-ministro da Justiça de Geisel, e também deste ex-presidente da República, o alerta: "Afaste-se do governo", ou a candidatura não terá justificativa.

Mas mesmo fora de disputas eleitorais há ministros acuados. Mailson da Nóbrega não agüentou sem desabafar. Recém-chegado de negociações nos Estados Unidos sobre a dívida externa brasileira e de tentativas contra retaliações econômicas ao País,

percebeu em Sarney uma "espantosa hesitação", como disse, diante de suas propostas de cortes nas despesas públicas. "Assim não dá", disse o ministro. O Planalto recuou na "hesitação", e Mailson saiu da fase de "ministro começando a cair". O espanto do ministro deve-se ao fato de que ele próprio não apresenta o "seu plano" ao presidente, mas segue suas recomendações. E o governo hesita nas próprias recomendações.

Partidos, só de oposição

PT, PDT, PDS e outros partidos de oposição que sempre estiveram fora do governo assistem a chegada para o mesmo lado dos partidos que ainda estão no governo. Marco Maciel voltou a insistir — os ministros do PFL devem deixar já o governo — e, ao contrário do ano passado, o senador e presidente do partido pode ser ouvido porque o argumento é a sobrevivência política: 1988 é um ano eleitoral, se não forem mudadas as regras haverá eleições para prefeito e vereadores, se permanecerem outras decisões e tendências, haverá eleições para a presidência da República.

No PMDB, a unidade é quase total. Fiquem ou não os ministros no governo, saiam ou não os parlamentares dissidentes para uma outra legenda, o discurso já foi antecipado pelo próprio Ulysses Guimarães na quarta-feira de cinzas: é de oposição. O presidente do PMDB, da Constituinte, da Câmara, não pode fazer diferente se quiser levar sua candidatura para os palanques — uma pesquisa de opinião pública o aponta como o "responsável" pela condução do País na Nova República, com um índice de 47%, bem acima do de Sarney. Assim, ele precisa de todo o partido para a próxima campanha do PMDB, e no próximo dia 8 de março deve ser realizada, afinal, a reunião do Diretório Nacional exigida pela ala peemedebista que pretendia a ruptura com o governo Sarney. Previsão: um documento apoiando o mandato de quatro anos para todos os presidentes da República (fechando acordo em torno da emenda apresentada pelo senador Fernando Henrique), com a promessa dos dissidentes

de adiamento da ruptura para o final da Constituinte, tanto com o partido como em relação ao governo Sarney. O rompimento será depois. No palanque.

Sem confusão

Já os militares, em meio aos boatos desta sexta-feira em torno do golpe branco que estaria sendo tentado por Sarney com o seu apoio — ou seja, a permanência no poder por seis anos, segundo a atual Constituição — recusaram a confusão. Num confronto entre o presidente e a Constituinte, ficam com o presidente. O que não quer dizer, no entanto, que apoiam ou estimulam um "Estado Novo" ou um conflito entre os poderes, preferindo uma solução que não envolva as Forças Armadas. Ou seja, se depender dos atuais ministros do Exército, Leônidas Pires Gonçalves; Marinha, Henrique Sabóia; e Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, a solução melhor será a negociada politicamente. De qualquer maneira, eles garantem ter o controle de suas tropas.

A primeira manifestação de Ulysses Guimarães em relação aos quatro anos de mandato para Sarney se baseava em preferências populares: "Se o clamor das ruas pede quatro anos, os partidos não podem se deslocar das ruas..." O ex-governador Franco Montoro idem, mas mais incisivo: "Hoje, as pesquisas de opinião pública mostram que é muito maior do que na época da campanha pelas diretas, em 1984, o número dos que querem eleições presidenciais neste ano".

O general Leônidas prefere manter a questão nos limites das preferências presidenciais e da negociação: "Vários" constitucionalistas dizem que é líquido e certo o direito de Sarney permanecer seis anos no poder. Leônidas, pessoalmente, considera impróprio eleições em 1988, mas se tiverem de acontecer, o "mal" não deve ser pela metade, mas total: e ele propõe eleições gerais. Mas também disse, nesta sexta, evitando maiores respostas sobre política, que "a hora é boa para o silêncio". E para esperar definições.

Virgínia Murano

Depois de uma hora de reunião com o presidente José Sarney, ontem de manhã, no Palácio da Alvorada, o deputado Ulysses Guimarães acredita ter estabelecido uma trégua com o executivo; assegurando que o objetivo da Assembleia Nacional Constituinte não é aumentar o número de problemas que o País enfrenta atualmente, nem criar impasses.

"Nosso propósito", garantiu Ulysses ao deixar a Alvorada, "é apenas votar a Constituição o mais rápido possível. Não queremos criar um ambiente conturbado, difícil, exasperado ou tenso."

Ulysses disse não ter conversado sobre a duração do mandato com o presidente Sarney, nem este teria tocado no assunto. No entanto, aproveitou para reafirmar a soberania da Constituinte sobre o tema. "A Constituinte compõe os demais poderes, do Executivo até o próprio Judiciário; portanto é sua soberania que deve ser obedecida", afirmou o presidente da Assembleia, acrescentando que não perguntou a Sarney se deseja concretizar a ameaça de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir o mandato de cinco anos.

Depois dessa conversa, Ulysses acha que a questão da duração do mandato deve ser encarada como um tema igual a tantos outros como, por exemplo, ordem econômica e regime de governo. Ele disse ter interessado ao presidente Sarney a adoção de uma fórmula que permita a votação global de alguns temas, possibilitando a promulgação da nova Carta em abril. A duração do mandato de Sarney seria definida, por esse sistema de votação a ser proposto, em 15 dias. Segundo Ulysses, o presidente da República lembrou, durante o encontro, que ao convocar a Assembleia Nacional Constituinte estabeleceu um prazo, por sinal já esgotado, não havendo, de sua parte, nenhuma restrição a que os trabalhos se desenvolvessem em ritmo acelerado a partir de agora. Na opinião do presidente, relatada por Ulysses Guimarães, com uma Constituição delineada o quanto antes, poderá identificar melhor as forças "pró" e "contra" o governo, e assim projetar uma administração para o que lhe restar de mandato.

Ulysses deixou o Alvorada convicto de que o presidente Sarney respeitará a soberania da Constituinte, e aproveitou para anunciar que reunirá hoje, às 14 horas, em seu gabinete, as lideranças de todos os partidos, para definir a fórmula de aceleração dos trabalhos constitucionais. A idéia é montar um plano de consenso com as lideranças e principais forças representativas da Assembleia para, logo em seguida, ser submetido ao plenário.

Crítica livre

Mais receptivo às críticas dirigidas ao seu papel à frente da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães afirmou não pretender colocar-se acima do bem e do mal. O próprio presidente, apesar da conversa amigável mantida ontem, está livre para criticar os trabalhos, exercendo um direito que se estende a todos os cidadãos, de acordo com Ulysses. "Nem os papas invocam mais o dom da onisciência, da infalibilidade", disse ele. "A Constituinte pode ter, na sua elaboração, lacunas, defeitos, e por isso é que estabelecemos o segundo turno das votações. Justamente para corrigir defeitos através de críticas construtivas."